

INTRODUÇÃO

1. O seminário dedicado ao tema «Reforma Penal em Debate. Breves Reflexões», que decorreu na Universidade Autónoma de Lisboa, nos dias 22 e 23 de Novembro de 2007, sob a égide do Departamento de Direito, foi um momento académico e científico de partilha de dúvidas e de estudos sobre as alterações produzidas pela Reforma Penal no Código Penal e no Código de Processo Penal, sem se olvidar a Lei Quadro da Política Criminal e a Lei de Política Criminal. Reflectiu, ainda, as incertezas das alterações que não foram feitas e que deviam ter sido contempladas, para que pudesse haver uma melhor realização do direito.

No seminário participaram professores universitários, juízes, procuradores, advogados, polícias e alunos, ou seja, toda a comunidade científica jurídica. Existiu debate e reflexão. Existiu intercomunicabilidade proporcionada pelos conferencistas e participantes no evento. Existiu uma profícua participação científica que permitiu a consciencialização de que há mais direito para além das normas jurídicas emanadas dos órgãos de soberania competentes e de que a discussão jurídico-criminal não é, hoje, património do abstracto, pois é património de todos os que dele necessitam: vítimas, arguidos, operadores judiciais, estudantes ou cidadãos interessados no alcance da paz jurídica.

2. O trabalho produzido pela maioria dos conferencistas vem hoje a lume, numa revista científica da Universidade Autónoma de Lisboa. Esta publicação permite elucidar melhor quem esteve

presente e beneficiou, *in loco*, dos estudos expostos oralmente e que agora podem ler na calma e na serenidade do seu espaço.

O pensamento jurídico-criminal fica mais enriquecido, assim como o património científico da Universidade, em especial o património do Departamento de Direito. Podemos, do mesmo modo, afirmar que a comunidade científica (jurídica) e o legislador dispõem de estudos que podem permitir, numa futura alteração da legislação penal substantiva e processual, a produção de normativos detentores de um maior consenso jurídico, adequados a dotar os operadores judiciais e os cidadãos de um direito penal e processual penal mais exigente na afirmação do Homem como sujeito de direitos e de deveres a serem exercidos em igualdade na dignidade humana.

3. À excepção do texto de INÊS GODINHO, que prontamente quis participar nestes estudos, todos os estudos são o reflexo das exposições orais. São poucas as exposições, que por razões profissionais e familiares, não foram entregues a tempo de serem produzidas nesta edição.

A todos os presidentes de mesa — ANABELA MIRANDA RODRIGUES, PAULO SOUSA MENDES, GARCIA PEREIRA e JOSÉ DE SOUTO MOURA —, conferencistas e participantes nestes estudos — ROGÉRIO ALVES, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL VILALONGA, PAULO GONÇALVES, INÊS GODINHO, FERNANDO SILVA, EUCLIDES DÂMASO, MOURAZ LOPES, MARIO FERREIRA MONTE, RODRIGO SANTIAGO, JOSÉ RAMOS, CÂNDIDA DE ALMEIDA, FÁTIMA MATA MOURAS, ANA PAULA LOURENÇO, ANTÓNIO JOSÉ BARREIROS e HENRIQUE GASPAR —, queremos deixar o nosso agradecimento por nos premiarem abnegadamente com o seu pensar académico-científico. Agradecimento este que se estende a S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto do Ministro e da Justiça, JOSÉ CONDE RODRIGUES, por nos ter dado a honra de presidir à sessão solene de abertura do seminário, cujo gesto interpretamos como vontade de ser testemunha deste evento.

Não podíamos terminar esta introdução sem que deixássemos uma palavra de sincero apreço a todos os que contribuíram para que o seminário se realizasse: ao Banco Santander Totta, ao Gabinete de Comunicação e Marketing da UAL, nas pessoas do MANUEL SEREJO, LAURA SANTOS e SOFIA DO Ó, e à Secretária do Departamento de Direito, CECÍLIA DIAS. A todos queremos expressar o nosso muito obrigado.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2007

O Coordenador do Seminário

MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Prof. Convidado da Universidade Autónoma de Lisboa